

Paraná cria comitê para reforçar combate aos crimes contra animais silvestres

13/07/2021

Ambiental

Ele será responsável por criar estratégias e instrumentos para apoiar e otimizar as ações de fiscalização, apreensão, destinação e monitoramento de animais silvestres vitimados pelo tráfico, comércio ilegal, cativeiro irregular, captura de espécimes na natureza e de maus-tratos.

A Secretaria estadual do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo (Sedest), o Instituto Água e Terra (IAT) e a Secretaria estadual da Segurança Pública instituíram o Comitê Gestor da Fauna Silvestre Vitimada (CGFAU). O objetivo é estabelecer estratégias e políticas de gestão a fim de ampliar a fiscalização contra o tráfico e comércio ilegal e implantar mecanismos de proteção aos animais silvestres.

“Buscamos sempre identificar crimes contra a fauna e dar o melhor destino aos animais silvestres. A preferência é que eles sejam mantidos livres, na natureza”, disse o diretor de Políticas Ambientais da Sedest, Rafael Andreguetto.

A fiscalização e o resgate da fauna vitimada no Estado são atribuições do Instituto Água e Terra e do Batalhão de Polícia Ambiental - Força Verde (BPamb-FV).

De acordo com a bióloga do IAT Paula Vidolin, muitos animais apreendidos nas ações de fiscalização de atividades ilícitas contra a fauna, como comércio ilegal e tráfico, sofreram maus-tratos e necessitam de atendimento e tratamento médico-veterinário.

“Alguns animais vêm a óbito em decorrência do alto nível de estresse sofrido. Outros, por sua vez, em virtude de lesões e alteração comportamental, infelizmente não têm condições de reabilitação e retorno à natureza”, disse.

Neste último caso, os animais são encaminhados a empreendimentos devidamente licenciados pelo órgão ambiental ou outros tipos de parceiros do IAT.

“A criação do Comitê representa uma inovação que integra diferentes órgãos ambientais responsáveis pela fiscalização e gestão de fauna, para tratativas que necessitam da soma de esforços e de ações conjuntas para uma maior efetividade no combate ao comércio e ao tráfico de animais silvestres no Estado”, acrescentou a bióloga.

De acordo com o capitão Álvaro Gruntowski, chefe do Planejamento de BPAmb-FV, no Paraná, somente pela Polícia Militar Ambiental, são apreendidos, em média, 5 mil animais silvestres (exóticos e nativos) por ano, vítimas de crimes ambientais como maus-tratos, cativeiro ilegal, caça e tráfico, entre outros. Aproximadamente 90% são aves.

“O Estado é considerado um dos entrepostos brasileiros do tráfico internacional de animais silvestres pela localização estratégica e apresenta uma série de grandes depósitos ilegais de espécies, muitas vezes capturadas em outras regiões do País”, destacou.

COMITÊ – A criação do Comitê Gestor da Fauna Vitimada está em consonância com o Código Estadual de Proteção aos Animais, estabelecido pela Lei Estadual nº 14.037/2003 e o Decreto nº 3148/2004, que instituiu a Política Estadual de Proteção à Fauna Nativa.

Ele será responsável por criar estratégias e instrumentos para apoiar e otimizar as ações de fiscalização, apreensão, destinação e monitoramento de animais silvestres vitimados pelo tráfico, comércio ilegal, cativeiro irregular, captura de espécimes na natureza e de maus-tratos.

Saiba mais sobre o trabalho da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo em:

www.facebook.com/desenvolvimentosustentaveleturismo/